

A IA venceu um processo na Inglaterra. Só que não venceu sozinha.

Sérgio Longo 30 de junho de 2026 4 min de leitura

Eu vi essa manchete circulando e quase comentei de primeira: uma inteligência artificial ganhou um processo na Justiça inglesa. Preferi segurar, ir atrás dos detalhes e entender o que de fato aconteceu antes de escrever. E sim, eu já publiquei um artigo aqui hoje, mas essa história valia um segundo, porque ela confirma, na prática, algo que venho repetindo há meses. A leitura rápida assusta ou empolga, dependendo do lado em que você está. A real é bem mais interessante que a manchete.

Vamos aos fatos. A Garfield AI, primeira "firma de advocacia" movida a inteligência artificial autorizada a funcionar pelo órgão que regula a advocacia na Inglaterra (a SRA), desde maio de 2025, venceu seu primeiro caso em juízo. Foi numa county court de Londres. A cliente, uma profissional autônoma, cobrava cerca de sete mil libras de honorários não pagos por serviços que prestou. O tribunal deu ganho de causa a ela e rejeitou o pedido contraposto da outra parte. O custo para a cliente ficou em torno de quatrocentas a quinhentas libras, uma fração do que uma representação tradicional cobraria.

Até aqui, parece a confirmação do medo de todo advogado: a máquina entrou no tribunal e ganhou. Só que não foi bem isso que aconteceu.

O que a máquina realmente fez

A IA cuidou de tudo que é trabalho de preparação. Redigiu a notificação extrajudicial, conduziu a parte escrita do processo, organizou as declarações de testemunha e montou os autos para o julgamento. Em outras palavras, ela fez o braço: o trabalho volumoso, repetitivo e demorado que normalmente consome a maior parte das horas de uma causa de cobrança.

E é um braço impressionante, veja bem. Esse mesmo trabalho, feito à mão, é o que torna pequenas causas inviáveis, porque o custo de persegui-las supera o valor a receber. Foi exatamente esse gargalo que a ferramenta destravou. A própria firma diz já ter movimentado mais de seiscentas ações e recuperado mais de meio milhão de libras, em causas que vão de trinta a dez mil libras. Gente que antes dava o calote por perdido passou a conseguir cobrar.

O que dependeu, o tempo todo, do humano

Agora a parte que quase ninguém leu, e que é o coração da história.

A sustentação no julgamento não foi feita pela IA. Quem foi à audiência defender a causa, de viva voz, durante as três horas de sessão, foi um advogado humano, contratado e instruído pela firma. A IA preparou o terreno. A pessoa pisou na tribuna.

A decisão, claro, continuou sendo do juiz, humano. O sistema de justiça, humano. E a estratégia, o julgamento sobre o que sustentar e como, passou pela supervisão de advogados de verdade. Não por acaso, um dos fundadores da Garfield fez questão de dizer que a IA não substituiu o juiz, nem o advogado, nem o sistema. Ela tornou o processo mais barato e mais acessível, para que uma causa com mérito chegasse a ser ouvida. O outro fundador foi direto: não se trata de truque nem de substituir advogados.

Repare no desenho. É exatamente a fronteira que insisto em traçar toda semana. A IA assume a tarefa. O humano mantém o juízo e a voz.

Por que isso confirma o que a gente fala

Se você acompanha o que escrevo, essa divisão não é novidade. Tarefa é braço: preparar, redigir, organizar, comparar, levantar. Raciocínio e representação são cabeça: decidir a tese, sustentar diante do juiz, responder ao imprevisto da audiência, carimbar o próprio nome na escolha. O caso inglês não derrubou essa linha. Ele a desenhou em escala nacional, num tribunal de verdade, com dinheiro de verdade em jogo.

E tem uma lição de método embutida. A IA da Garfield não é um chatbot solto respondendo o que vier. É um sistema construído para uma tarefa específica, com regras, supervisão humana e um advogado responsável na ponta. Foi isso que permitiu que ela operasse dentro do que a regulação inglesa exige. Autonomia da máquina, com método e responsabilidade humana em volta. De novo, o tamanho da corda, não a ausência dela.

Para o advogado brasileiro, o modelo regulatório ainda é outro, e uma firma de IA autorizada não passaria por aqui hoje. Mas o princípio já vale, e vale agora. Você não precisa de uma firma robô para capturar esse ganho. Precisa de método para deixar a IA assumir o braço das suas cobranças, das suas peças repetitivas, da sua preparação, enquanto você fica com a tese, a audiência e a decisão.

A notícia, no fim, não é que a IA venceu sozinha. É que ela tornou viável uma causa que, sem ela, ninguém teria tido tempo nem dinheiro de levar adiante. Esse é o ponto que muda o jogo, e é bem melhor do que a manchete.

